

INFÂNCIAS PRETAS: NEGAÇÃO, VIOLÊNCIA E CRIATIVIDADE

Black childhoods: denial, violence and creativity

AUGUSTO MASCHKE PAIM¹

RESUMO: Este artigo se pretende um testemunho. Testemunho de um apagamento histórico não apenas da negritude, como especificamente das infâncias pretas, condenadas a uma existência marginal e desvalorizada. Faz trabalhar um par conceitual freudiano do infantilismo na vida adulta e do polimorfismo perverso na infância como chave de leitura para compreendermos como se deu esta exclusão no desenvolvimento do Brasil, bem como das produções teóricas na psicanálise. Conta ao público leitor da potência da mitologia africana e das narrativas inventadas por suas crianças e propõe que façamos uma reparação histórica ao retomarmos, pela via da escrita, esses elementos forcluídos da cultura e da clínica psicanalítica.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias pretas. Infantilismo. Polimorfismo. Racismo.

SUMMARY: This article is intended as a testimonial. Testimony of a historical erasure not only of blackness, but specifically of black childhoods. Condemned to a marginal and devalued existence, it works on a Freudian conceptual pair of infantilism in adult life and perverse polymorphism in childhood as keys to understanding how this exclusion occurred in the development of Brazil, as well as the theoretical productions in psychoanalysis. It tells the reading public about the power of African mythology and the narratives invented by its children and proposes that we make a historical reparation by resuming, through writing, these foreclosed elements of culture and psychoanalytic clinic.

KEYWORDS: Black childhoods. Infantilism. Polymorphism. Racism.

Se as pessoas fossem capazes de aprender com a observação direta das crianças, estes três ensaios poderiam muito bem não ter sido escritos.

Sigmund Freud (1905/2016, p.18)

Racializando uma introdução

Vivemos em tempos de caos. A virada do século XXI trouxe consigo atualizações perigosas de discursos há muito difundidos em nossa civilização, mas

¹ Psicólogo. Psicanalista (CEPdePA). Mestrando do PPG de Psicanálise: clínica e cultura (UFRGS). E-mail: augusto.m.paim@gmail.com

que vinham perdendo força para movimentos sociais de fundamental importância. Os discursos a que me refiro são os da hegemonia branca, patriarcal e cis, que durante muitos anos serviram como alicerce do pensamento ocidental colonizado e criaram raízes difíceis de ser arrancadas. Ideologias que não apenas estabeleceram uma régua para as existências humanas, definindo um ideal imaginário sobre o que é ser sujeito, como também abortaram qualquer possibilidade de inventar um outro referencial; condenando tais indivíduos à marginalidade, à pobreza e a um não lugar no laço social.

O caos denunciado pelo primeiro quarto deste século pode ser definido como o conflito entre essa produção discursiva dominante e a luta tanto das classes operárias quanto das militâncias identitárias, que, em parte indissociáveis entre si, ameaçam cada vez mais a soberania dos privilegiados. Como exemplos máximos dessas transformações, temos a Lei Maria da Penha, de 2006, criminalizando a violência doméstica, e a aprovação da lei de cotas universitárias obrigatórias, em 2012. Esses furos ao narcisismo da burguesia brasileira resultaram na onda de extremismo conservador vista nos últimos quatro anos no governo de Jair Bolsonaro, um grito desesperado – e de grande impacto – na busca pelo retorno compulsivo de uma tradição mortífera e de uma estabilidade falaciosa que opera única e exclusivamente a serviço de seus perpetradores.

Mbembe (2018b) chamaria tal movimento de necropolítica, manobra pela qual nossos governantes capitalizam corpos, transformam sujeitos em propriedade, possibilitando, desse modo, que a definição do que é vida funcione como um instrumento de exercício de poder. Isso corrobora o que se entende por uma atualização dos discursos conservadores à luz do novo século: o regime neoliberal proporciona ao capitalismo não uma forma atenuada de exercer seus princípios, mas sim um espaço onde tal forma mercadológica se manifesta de maneira mais pura. Quando corpos humanos passam a ser comercializados, o capital pode determinar o destino da comunidade, sobrepondo-se à barreira ética – esta inserida como ponto de resistência ao primeiro tempo do capitalismo em terras ocidentais e que conhecemos bem pelos processos de colonização, exploração e escravidão. Exemplo magistral de tal operação se dá no que José Damico (2023), em entrevista ao podcast *Mirante*, da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA), comenta a respeito do deslizamento do preconceito racial perante a figura do negro – escravizado, vitimado e assujeitado – para a figura do traficante – bandido, favelado e perverso: agora a guerra não é mais contra o sujeito de cor, mas sim contra as drogas. A partir de tal premissa, está legitimada toda a forma de violência e extermínio contra esses corpos negros subalternizados que contaminam o tecido social ao ocuparem posições entendidas como imorais.

É digno de nota que esse deslizamento – apenas representado aqui pela imagem do traficante, mas que se aplica a inúmeros outros sujeitos periféricos – é sustentado por uma mitologia particular: a democracia racial. Defendido como o estado atual da realidade brasileira, o mito da democracia racial é uma herança

tanto da miscigenação e do colorismo existentes no Brasil quanto da não história de um regime de segregação racial em nosso país – diferentemente do que se passou nos Estados Unidos e África do Sul. Ele prega que não há preconceito racial em nossa sociedade, tendo em vista os fatores citados, e surge como um desdobramento das teses redigidas por Freyre em *Casa-grande & senzala* (1933/2001), livro fundamental para pensarmos o racismo à brasileira. Freyre compreende a cultura brasileira como um avanço ante as sociedades em que a segregação racial impediu a mestiçagem de ocorrer; propõe que a escravidão foi necessária para tal feito e que as interações sexuais entre portugueses, negros e indígenas é o que hoje garante uma homogeneidade entre as etnias e, portanto, uma democracia racial. O livro polêmico e corajoso de Freyre, apesar de condenar o racismo, serviu como instrumento de base para um apagamento da dimensão socioeconômica na história de fundação da identidade brasileira e perpetua, ainda hoje, conceitos como o de meritocracia, como modelos estruturais de entendimento de nossa evolução civilizatória: se vivemos em uma democracia racial, todos temos as mesmas oportunidades e condições de ascensão social, delimitando como único fator determinante das diferenças de classe o esforço pessoal.

Esse projeto de particularização das condições de vida, da ascensão social e da gestão econômica da população é o que garante a manutenção do governo de exclusão e, principalmente, soterra toda e qualquer outra forma de construção subjetiva. Com a cadeia formada por patriarcado, capitalismo e meritocracia, completamos o tripé ao qual vive submetido o brasileiro, a maioria por coerção e uma minoria por artifício político. O objetivo deste escrito é propor uma reflexão não apenas sobre a negritude, conceito-chave de leitura para pensar uma existência fora da lógica dominante, mas principalmente sobre aquelas que são portadoras de sua versão mais genuína e contracorrente: as infâncias pretas.

O totem branco

Na psicanálise, conhecemos largamente o mito de Édipo Rei, eterno ignorante que fundou nossa ciência e que ilustra tão bem aspectos dos mais consideráveis em nosso inconsciente. Édipo foi e é essencial. Ao inevitavelmente assassinar o pai e desposar a mãe, repete a fórmula cíclica das tragédias gregas, que insistem em nos lembrar da impossibilidade de escapar ao destino se fizermos de tudo para evitá-lo ou, mais importante, se negarmos sua existência. Ao mesmo tempo, Édipo, como este jovem protagonista inconsequente, carrega também a marca do desconhecimento, da inocência e do otimismo: não saber, não perverter, não desistir. É curioso como esses mesmos significantes são tão frequentemente atrelados em nossa cultura às crianças: seres que demandam educação, representação e que, por consequência, perdem sua ingenuidade, traço determinante para ingresso na vida adulta. O que parece contrapor essa ideia tão presente no senso comum é justamente o que o mesmo autor que instrumentalizou Édipo propôs em

1905 com o texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Freud radicalizou o lugar da criança na cultura ocidental ao afirmar que ela possuía sexualidade: “acho que a amnésia infantil, que torna a infância do indivíduo uma espécie de tempo pré-histórico, escondendo-lhe os primórdios de sua vida sexual, é responsável pelo fato de geralmente não se dar valor ao período da infância no desenvolvimento da vida sexual” (p. 77). Freud também menciona que essa sexualidade funcionaria aos moldes de uma perversão: “é instrutivo que a criança, sob a influência da sedução, possa se tornar polimorficamente perversa, ser induzida a todas as extensões possíveis. Isso mostra que ela é constitucionalmente apta para isso” (p. 98). Desse modo, parece-me que é possível separar o primeiro tempo da vida humana em, pelo menos, duas categorias: o infantilismo, que carrega o aspecto social, ingênuo, puro e ignorante da infância; e o polimorfismo, que categoriza o elemento sexual, amnésico e conhecedor das crianças. Édipo, detentor de ambos, não foi capaz de reconhecer o segundo e, uma vez abandonado ao infantilismo, não pôde fazer mais do que repetir a profética sentença do oráculo – este que poderia ter atuado como analista, mas que operou como mestre sob o devir regicida incestuoso.

Essa divisão não respeita o texto freudiano. Ainda em seus três ensaios, sua formulação acerca do infantilismo se dá pela via da patologização, definindo esse fenômeno como “a fórmula de que os neuróticos mantêm o estado infantil de sua sexualidade ou são remetidos de volta a ela” (p. 72). Também em seu “Totem e Tabu”, Freud (1913/2012) remete ao infantilismo como destino sintomático para se defender do real da sexualidade: “já o neurótico representa para nós um quê de infantilismo psíquico, ele não consegue libertar-se das condições infantis da psicosexualidade ou reverteu a elas” (p. 41). Todavia, também dirá “que essa constituição suposta, que apresenta os germens de todas as perversões, poderá se evidenciar apenas nas crianças” (Freud, 1905/2016, p. 72), ou seja, o caminho para o entendimento da sexualidade – objeto primordial da psicanálise – se dá a partir do olhar atento às crianças, sobretudo à forma como elas experienciam a libido. É a partir dessa afirmativa que surge como imprescindível repensar o lugar do infantilismo como proposição conceitual. Se a sexualidade é sobretudo infantil, esse infantilismo poderia dizer de um para além do destino neurótico de retorno e fixação como proposto por Freud, para sinalizar uma tendência civilizatória de apagamento das infâncias, uma vez que o infantil remete, em primeiro lugar, ao sexual e à insuportabilidade da lembrança, não à pureza, ingenuidade e deseducação: negamos a existência das crianças, pois negamos a sexualidade humana – consequência última do recalque –, e, tendo em vista que infância e sexualidade são para a psicanálise indissolúveis, negamos ambas em um só movimento. Se há um aspecto na teoria freudiana que desrespeita sua conceituação desenvolvimentista (dialética do progresso e do retorno), este é precisamente a sexualidade, que não apenas tem seu núcleo na infância, como não obedece a qualquer cronologia no momento em que é destinada a uma existência no inconsciente, atemporal por excelência.

Alinho-me à proposta de conceituação lançada por Voltolini (2009) na tentativa de dar conta do processo de exclusão das infâncias chamado a-criança, que “não corresponde às crianças com as quais nos encontramos diariamente, ao contrário nos afasta delas, uma vez que aumenta nossa ignorância sobre elas nos predispondo para o encontro com um objeto e não com um sujeito” (n. p). Essa suposta entidade tida como a-criança é produção de um discurso científico radicalizado pelo capitalismo e que, em nome de uma objetificação das infâncias, apaga a subjetividade das crianças, traçando um ideal ao qual toda e cada uma deve se adaptar. Não coincidentemente, a-criança gera uma instituição “sob medida”, correlato imaginário que surge para suprir a demanda de produzir o *infans* nesse ideal. Freud (1914/2010, p. 37) já nos dizia que “o amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil não é outra coisa senão o narcisismo renascido” somam-se a isso as demandas pós-modernas de desempenho, eficácia e produtividade, e temos então o mito d’a-criança formulado em todo o seu esplendor, “depositária de todas as angústias e esperanças de um adulto, enquanto objeto de satisfação narcísica, por um lado, e, de outro, como objeto fetiche, que funciona para tamponar a falta no real, ou seja, de recusar os diversos níveis de desmentido que a realidade nos impõe” (Passone, 2016, p. 116). Dessa maneira, fica o questionamento sobre o quanto a clínica psicanalítica rompe com o modelo vigente de infância para escutar a outra cena, desfazendo na escuta das crianças a busca pela automatização desses corpos e abrindo espaço para o encontro com o desejo. É possível a psicanálise não objetificar a infância e atribuir ao sujeito *infans* seu estatuto de sujeito, mesmo em vir-a-ser?

Se as mesmas manobras discursivas que assolam nossos tempos também se manifestam em substratos muito específicos de nossa organização contemporânea, como na produção da imagem corrente a respeito das infâncias e seus possíveis destinos no laço social, isso pede uma apreciação crítica que parece ainda não circular pela prática teórica e, destarte, clínica da psicanálise, algo que talvez apenas seja possível ao se resgatar outro elemento formador da bagagem cultural brasileira e que diz respeito à herança negra que nos constitui, aspecto que, como a sexualidade infantil, também foi eliminado pela doutrina branca, essa que configura o alicerce basal do que se entende por produção de saber em nossa sociedade. Há que se lançar luz para a história, os costumes e, especialmente, para as mitologias que esses povos trouxeram à Terra Brasilis, principalmente quando foram esses mesmos fatores que tiveram papel essencial para a construção de nossa metapsicologia.

Antes de avançarmos por essa aproximação, é preciso explicitar o porquê de essa ideia se fazer necessária. Para além da argumentação a respeito da aflicção entre a sexualidade infantil e a negritude – a saber, a forclusão de ambas do imaginário social –, há outros exemplos que podem marcar como é em berço negro que o reinventar da criança se faz possível. Destaca-se apenas um a título de respaldo, na tese erigida por Gonzáles (2020), quando a fala sobre a figura da

mãe preta, que ocupa registro ambivalente na cultura: para o ideário branco, é ama de leite, de amor incondicional a sua prole; para alguns negros, é traidora da sua gente, abandona a senzala pelo privilégio da casa-grande. Em verdade, não é nem um nem outro, é simplesmente:

... a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. (Gonzáles, 2020, p. 78)

E assim se descortina aquilo que a branquitude insiste em soterrar, expõe-se a céu aberto uma interpretação que remexe com o orgulho burguês ao denunciar, em um só golpe, a falácia de seu discurso e o apagamento da narrativa negra; que não somente tem parte estruturante na aristocracia brasileira, como também fere mortalmente o narcisismo dessa classe. Há que se atravessar a neblina fabricada e sustentada pela primazia ariana, pelo totem de normatividade elaborado por suas alegações, para que furos simbólicos como o de Gonzáles possam ter alcance macropolítico, ressignificando modelos, posições, ideais e, esperançosamente, as condições do ser brasileiro.

O pequeno preto

Nessa esteira, retoma-se aqui um mito de matriz africana que dialoga imediatamente com nossa temática e que tem por protagonista Ananse, o Homem-Aranha, velha entidade que se ocupa em contar histórias, transmiti-las dos deuses para os seres humanos. Conta a lenda que Ananse vangloriava-se de sua inteligência, mas logo questionou se seria mesmo ele o mais esperto de todos, uma vez que havia tantos povos no mundo. Desse modo, concluiu que sairia vagando e recolhendo um pouco de sabedoria de cada pessoa que encontrasse, guardando todo esse conhecimento em uma grande cabaça.² Quando a cabaça já estava transbordando, Ananse decidiu escondê-la em cima de uma árvore; contudo, ao amarrá-la junto ao estômago, não era capaz de escalar a árvore escolhida, por mais que tentasse. Nesse momento, surge seu filho mais novo, que, ao questionar a cena em que se encontrava o pai, sugeriu-lhe que amarrasse a cabaça junto às costas, assim teria as pernas livres para a subida. Incrédulo com a resposta do filho, Ananse conclui: “andei e andei por toda parte coletando sabedoria e acreditava ser a pessoa mais sábia de todas! Mas hoje vi que meu filho, que ainda é criança, é mais sábio do que eu” (Miranda, 2008, p. 13). Assim

² Cabaça é um fruto da família das Cucurbita (*Cucurbitaceae*), a mesma da abóbora, melancia, melão, chuchu e pepino. Também conhecida como porongo, é comumente utilizada para fazer a cuia, recipiente em que é servido o chimarrão, a típica bebida gaúcha. Também serve de ornamento em casas e festividades.

afirmando, derramou toda a sabedoria de sua cabaça, que, com a força do vento, espalhou-se por toda a terra.

Ananse é senhor das teias, teceu uma do céu à terra para facilitar as interações entre humanos e deuses, desafiou Nyame, deus do Céu. No Adinkra, antigo sistema africano de escrita, simboliza sabedoria, esperteza, criatividade e a complexidade da vida. É possível pensar que esse mito, que como Édipo também toca a temática das relações de parentesco, elenca o filho em um lugar muito diverso daquele ocupado por Édipo. Édipo é inserido como um rival, um competidor hostil diante do pai e que visa eliminá-lo; já o filho de Ananse atua como companheiro do pai, até mesmo cúmplice em um primeiro tempo de seu plano narcísico para reter a sabedoria, mas é justamente essa contribuição do filho que faz o pai repensar sua meta, denunciando o infantilismo freudiano do mesmo e, por conseguinte, amplia sua capacidade de pensar, aproximando-o de uma posição menos individualista do que havia aprendido até então: compartilhar a sabedoria seria muito mais sábio do que aprisioná-la.

Esse mito quebra radicalmente a imagem de ingenuidade na infância. As crianças não são, aos moldes de um teoria desenvolvimentista, prejudicadas ou limitadas em relação aos adultos, mas sim detentoras de uma sabedoria única e que diz respeito à não cisão operada pelo recalque e pela domesticação estruturante para a convivência em sociedade. Lacan expõe ideia muito similar a essa quando nos fala sobre o sujeito *infans* e sua particular relação com o significante: em “A ciência e a verdade” (1965), ao discorrer acerca da impossibilidade de se transpor o sujeito, objeto da psicanálise, para a imagem do homem corporificado, ele nos lembra de que, se insistirmos em tal intento, “a criança representará o subdesenvolvido, o que irá mascarar a verdade do que se passa de original na infância” (p. 873). Pois é preciso recordar que o sujeito psicanalítico é, por excelência, uma abstração, um ser da linguagem, simbólico; o que é equivalente a dizer que ele não diz respeito à pessoa, ao humano e ao ser vivo. Quando pensamos nas crianças, elas são a prova viva disso, uma vez que os colamentos imaginários que tendem a fixar significados ainda não atuaram nelas como no adulto; este possui um deslizamento muito maior na cadeia significante. Isso é visto, por exemplo, nos fenômenos “ao pé da letra” que funcionam ao modo de um dito espiritualoso.

Um vídeo recente publicado na rede social Instagram³ ilustra tal feito: um menino chora ao lado da mãe quando lê no computador que ela está acessando uma página com o título “desapego infantil”, pensando que ela estaria planejando abandoná-lo; na verdade, tratava-se de um brechó on-line de roupas infantis. A possibilidade de uma duplicidade nas significações ocorre apenas ao jovem, não à mãe, que, ao se dar conta, passa a rir da situação vivida. Talvez a diferença de reações de Ananse e da mãe em cena seja precisamente o que se busca explicar com este escrito; que o riso no segundo caso opera tanto como

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C1lmmHEANuH/?igshid=ZWlzMWE5ZmU-3Zg==>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

uma abertura simbólica no imaginário materno quanto como um fechamento infantilista para a potência do que seu filho acabara de desvelar – a força dos deslocamentos na linguagem. Se a mãe pudesse exercer uma função Ananse, teria levado em consideração a interpretação de sua prole e questionado que gozo é esse que se revela ao nomear um brechó de roupas infantis com título tão ambíguo – uma função analítica diria, ainda, filicida.

Conclusões de colorismo

É nessa esteira que se faz necessário mais um passo para uma valorização do infantil, pois mais do que transformadas em comédia, as crianças negras, especificamente, são transformadas em alvo. Desde o processo descrito como mineração por Mbembe (2018a), realizado pelo europeu na África e que faz referência à retirada do mineral mais precioso em sua exploração – a saber, a mão de obra negra –, a chegada dos escravizados às Américas se deu pelo viés da desumanização radical do outro; processo iniciado e mantido pela justificativa falaciosa das diferenças de cor. Tal fato histórico teve consequências seculares que ainda hoje nos assolam. Nesse ponto, o infantilismo dedicado às crianças, essa noção superficial de uma incapacidade psíquica ou ignorância absoluta, somou-se, no caso das crianças pretas, a uma anulação completa de sua existência. É sinal de alerta e prova contundente que, para a escrita deste ensaio, não tenham sido localizados artigos que articulem diretamente a clínica psicanalítica infantil com racismo ou negritude. Com isso em vista, Nogueira e Alves (2019) cunham o conceito de peste branca, que, nas palavras deles, é “uma perigosa nuvem que atravessou o mar Atlântico e invadiu outros continentes autoproclamando-se narcisicamente como modelo civilizatório” (p. 11). Mais chamativa ainda é a origem desse conceito, que, diferentemente do que comumente abrange o trabalho de forja teórica, é a cientificação de uma fala infantil que, a seu molde, cunhou o termo *adulthood* para se referir à maldade dos adultos, e que os autores fizeram deslocar para o termo *peste branca*, propondo que esse mal seria exclusivo da branquitude; essa hipótese ganha respaldo quando verificamos a data de publicação desse mesmo escrito, apenas de quatro anos atrás, segundo aspecto que denuncia a não produção científica sobre as crianças pretas.

Aos dois primeiros marcos, ao lado da inexistência de produções psicanalíticas e o recente aparecimento de publicações que apenas tangenciam o tema, soma-se um terceiro, que reforça a potência das infâncias negras: o mito de Ananse exposto aqui é retirado de um livro infantil brasileiro, o que talvez possa indicar que há, de fato, um movimento atual que reconhece o apagamento desse devir sujeito e ainda rompe com o infantilismo até então atribuído a ele. Ao se propor escrever – e ilustrar – lenda tão cara à mitologia africana para um público-alvo infantil, este pode assim passar a se apropriar de tais narrativas,

realizando, por tabela, uma negação desta mesma dimensão à massa populacional adulta que fica, dessa maneira, condenada ao próprio infantilismo até então projetado em sua prole. Esse não investimento, somado ao processo de violência racial exercida sobre o negro, resultou em um abandono radical da imagem da negritude, sendo este um movimento específico das massas pretas que militam a favor de reconhecimento. Tal fato faz recordar o conceito de eu ideal branco proposto por Souza (1983), em que há um tensionamento do ideal de eu freudiano no sentido de questionar quais seriam os modelos referenciais para a população negra, chegando a autora à conclusão de que inexistem em termos macroculturais: o ideal de eu do negro é branco e, portanto, inacessível. Hoje, algumas contribuições questionam a verificação dessa chave conceitual em nossa sociedade, uma das que se destacam é a de Silva e Nogueira (2020), que, não em total discordância com Souza (1983), pensam se essa existência negra positivada, que pressuporia um trabalho de contornar os ideais da branquidão, não se torna, paradoxalmente, um reforço na lógica colonial. Tomando caminho menos submetido para a negritude, eles operam com outra metodologia no intuito de oferecer uma existência outra, fora do círculo hegemônico, que apresentam como Black Psychology – Psicologia Preta –, a qual resgata conhecimentos afro-brasileiros e afrodiaspóricos para construir espaços de pertencimento e visibilidade aos negros.

Tais iniciativas começam, comumente, com as crianças: propondo a elas espaços de escuta para que possam se reconhecer e produzir registros de seus pares e figuras de autoridade negras, minimizando a penetrabilidade dos preceitos mortíferos dos discursos majoritariamente divulgados. Apostam numa lógica quilombola de aproximação e não de negação; é sabido que os quilombos, ao contrário do que aconteceu na aristocracia da época, não operavam pelo princípio de segregação, mas sim de inclusão: havia índios e brancos pobres que também viviam e eram protegidos pelos quilombos. Com isso em vista, um método quilombola é aquele em que se resgata a ancestralidade e a africanidade para os membros oferecendo um espaço predominantemente negro, que, ao mesmo tempo, não pretende atuar na mesma moeda neurótica que o capitalismo ocidental branco privilegia, devolvendo a hostilidade por ele historicamente empregada. Em vez disso, acolhe a existência da diversidade, mesmo daquela não agregadora, pois acredita que apenas assim é possível construir novos moldes do ser sujeito que não simplesmente furos ou desvios daquele entendido como original. É essa a proposta que Nogueira (2017) nomeia como escola-quilombo, no intuito de tornar a missão de educar uma meta do todo, do coletivo, entendendo esta como uma responsabilidade social que está no dia a dia da criança, não apenas no espaço de ensino formal. Uma inversão completa da instituição sob medida poderia ser a pensada como escola-quilombo.

Para finalizar, deixo aqui uma das transposições brilhantes que tal método proporciona para instrumentalizar aquilo que as crianças pretas criam como soluções para um novo mundo, resgatando não apenas sua polimorfia perversa, ápice

do erotismo infantil, mas principalmente sedimentando que o lugar do infantilismo é, como já dizia Freud, o sujeito adulto: não apenas por sua tendência ao retorno quando diante do desconhecido ameaçador, mas também pela morte da criatividade que resulta da absorção completa do recalque pela branquitude acrítica:

- Visitar a sua própria cultura como se fosse estrangeira;
- Sonhar antes de dormir (ou aceitar que o milagre é inseparável do cotidiano do mistério de viver);
- Inventar práticas políticas antirracistas com os cotidianos (ou sempre assumir que o debate não produz resultados finais);
- Reconhecer a branquitude como um perigo para todos viventes do planeta... (Nogueira & Alves, 2019, p. 19)

Referências

- Cidade, W. (2022, 18 jun.). Jogo mortífero: desigualdade e exclusão. Entrevistados: José Damico e Valter Miranda Leitão [Podcast]. In *Mirante: um podcast do observatório psicanalítico FEBRAPSI*. Recuperado em 12 de abril de 2023, de <https://open.spotify.com/episode/0XIAJeDfvbLw5c3Xz4T4i2?si=C5ZPH1kYTgCYwuNELuhVJw>.
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (pp. 13-150). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Totem e tabu, contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (pp. 14-244). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)* (pp. 13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freyre, G. (2001). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1933)
- Gonzáles, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar.
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Trabalho original publicado em 1965-1966)
- Mbembe, A. (2018a). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições.
- Mbembe, A. (2018b). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- Miranda, E. (2008). *O dia em que Ananse espalhou a sabedoria pelo mundo*. São Paulo: Elementar.
- Mirante: um podcast do observatório psicanalítico FEBRAPSI: Jogo Mortífero: Desigualdade e exclusão. Entrevistados: José Damico e Valter Miranda Leitão. Entrevistadores: Wania Cidade. 18 jun., 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0XIAJeDfvbLw5c3Xz4T4i2?si=C5ZPH1kYTgCYwuNELuhVJw>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- Nogueira, R. (2017). Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO*, 1(15), 398-419.

- Nogueira, R. & Alves, L. P. (2019). Infâncias diante do racismo: teses para um bom combate. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 44(2), e88362. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623688362>.
- Passone, E. F. K. (2016). De A-Criança ao real infantil: reflexões psicanalíticas acerca da infância. *Estilos da Clínica*, 21(1), 114-132. Recuperado em 12 de abril de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000100007&lng=pt&nrm=iso.
- Silva, L. G.; Nogueira, R. (2020). Repensando as infâncias das crianças negras: notas afroperspectivistas e introdutórias a partir do Sopapinho Poético. *REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 3(9), 187-203. Recuperado em 20 de abril de 2023, de <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Voltolini, R. (2008). A escola e os profissionais d'A criança. In *Formação de profissionais e a criança-sujeito*, 7. Recuperado em 20 de abril de 2023, de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100012&lng=en&nrm=abn